

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EXAME FINAL - TÓPICOS DE CORREÇÃO

Ano Lectivo 2018/2019 - Época Especial

Turma A - 3.09.2019

Regência: Prof. Doutor Paulo Otero

I

Tendo em conta a seguinte situação hipotética, aprecie cada um dos problemas jurídicos que se colocam:

António Sousa pretende adquirir o estatuto de enólogo certificado. De acordo com o seu advogado o pedido deve ser apresentado perante o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), IP, e decidido pelo Conselho Diretivo do Instituto.

Apesar de ser enólogo há mais de 10 anos, como exige a lei, António trabalhou quase sempre só numa região vitivinícola - o Ribatejo. A lei impõe ao decisor administrativo levar em consideração “o domínio das castas portuguesas mais representativas, de acordo com lista homologada pelo Ministro da Agricultura”, o Conselho Diretivo do IVV, não obstante parecer favorável dos serviços, entende não estar verificado o requisito de “domínio das castas representativas”, uma vez que António nunca fez um vinho com Touriga Nacional, constante da lista e que o conselho diretivo considera a casta rainha portuguesa.

a) Será a decisão do Conselho Diretivo do IVV válida? (3,5 valores)

1. *Distinção entre atos vinculados e atos discricionários*
2. *O poder técnico-científico*
3. *A importância da fundamentação dos atos administrativos discricionários*
4. *Opinião crítica do aluno*
5. *[...]*

b) Caso António queira reagir juridicamente o que pode fazer? (2,5 valores)

1. *Direito de petição ao Provedor de Justiça*
2. *Garantias administrativas - (reclamação e recurso hierárquico)*
3. *Garantias judiciais*
4. [...]

c) Imagine que Benta Rodrigues, com uma experiência semelhante à de António, pretende também adquirir o estatuto de enóloga certificada, ao abrigo de um regime especial para mulheres enólogas, que não inclui o requisito do domínio das castas portuguesas mais representativas, podendo apenas demonstrar a especialização numa casta à sua escolha. Se o Conselho Diretivo do IVV entendesse que este regime violava o princípio da igualdade podia desapplicá-lo? (3,5 valores)

1. *A questão da fiscalização da constitucionalidade pela Administração Pública*
2. *A proibição como regra*
3. *A questão da proteção dos direitos fundamentais e a sua necessária fundamentação*
4. *Posição crítica do aluno*
5. [...]

d) Imagine que o Ministro da Agricultura, preocupado com as ramificações políticas destes caso, dá uma ordem ao Conselho Diretivo para este atribuir o estatuto de enólogo certificado a Benta. O Conselho Diretivo é obrigado a cumprir a ordem? (2,5 valores)

1. *Inexistência de hierarquia e de poderes do superior hierárquico*
2. *Inexistência de dever de obediência*
3. *Poder de superintendência e de tutela*
4. [...]

e) Tendo em conta a alínea anterior, imagine que o Conselho Diretivo do IVV responde ao Ministro ter delegado a competência na Diretora do Gabinete para a Igualdade no Mundo Rural, equiparado a Diretora-Geral. Poderá o Ministro dirigir a ordem ao órgão delegado? (3 valores)

1. *A possibilidade de delegação de poderes entre pessoas coletivas públicas*
2. *Hierarquia e poder de direção sobre a administração direta*

3. *Reflexão sobre a possibilidade de recusa de cumprimento de ordem ilegal e exclusão de responsabilidade*
4. *Valorização da posição do aluno*
5. [...]

II

Desenvolva o seguinte tema (5 valores):

“A opção por formas jurídico-privadas não pode ser determinada, nem conduzir, a uma diminuição do nível de garantia ou de protecção das posições jurídico-subjectivos dos particulares, tal como não pode ser utilizada como instrumento de fraude ou de violação aos princípios comunitários”

1. *(PO) Relatório Direito Administrativo, pág. 251;*
 2. *Administração Pública sob forma pública e sob forma privada;*
 3. *Garantias dos administrados aplicáveis às formas jurídico-privadas da Administração*
- [...]